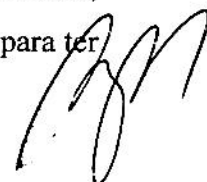


CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE  
Ata da Reunião Ordinária de 15 de Dezembro de 2022

---

Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, Ronaldo Secretário Adjunto da Seurbs abre a plenária, justifica a ausência do Presidente Manara, que foi convocado para uma reunião em São Paulo e não conseguiu voltar a tempo para a reunião. Que na data de hoje, excepcionalmente, está sendo feito o encontro dos dois conselhos, CMDU e COMAM. Com a palavra o vice-presidente do COMAM Jefferson Rocha, cumprimenta a todos e por uma questão de ordem pede para explicar o motivo que não estar conduzindo a reunião, enquanto vice-presidente, porque até segunda ordem teria uma reunião 14h30 com a CETESB, virtual. Até para não criar nenhuma celeuma interna e respeitando o regimento do COMAM. Deseja uma profícua reunião para quem conduzir a mesa, e informa antes que entrar na pauta, que no dia anterior foi realizada a reunião da Agência Ambiental, do conselho fiscal e social, e, diante da demanda que surgiu no grupo de Whatsapp, onde foi proposto e deliberado que a agência faça uma apresentação no primeiro trimestre de 2023, da prestação de contas e resultados numa apresentação no início do próximo ano. Dando seguimento a reunião, com a palavra doutor Teles que agradece Jeferson e passa a palavra para Juarez da Seurbs, que pergunta ao Jefferson se como conselheiro do CONSEMA, pudesse informar se tem alguma posição sobre a revisão da deliberação das normativas que vai pautar os trabalhos da agência. Jefferson responde que um dos motivos da ausência do Manara nessa plenária é que ele está participando junto com o diretor executivo Cláudio Scalli, com grupo de transição para discutir essa pauta. Que no CONSEMA ainda não teve a deliberação, estão aguardando nesse momento de transição. Que daqui a pouco essa pauta estará tendo seu desdobramento para a próxima gestão. Mas uma boa notícia é que está sendo muito bem encaminhada. Até o presente momento, todas as reuniões que ocorreram na comissão temática e dentro da própria plenária do CONSEMA estão sendo bem conduzidas. Que na verdade, agora, estão buscando propor mais incremento. Que existam mais serviços e categorias a serem apresentadas. Doutor Teles segue e apresenta Ronaldo que era diretor da sala de empreendedor e agora assumiu o cargo de Secretário adjunto ao lado do Secretário Manara. Informa que com relação ao andamento da reunião, está sendo feita em conjunto. Que o Comam não precisa de quórum mínimo para deliberação e nem para início da reunião, mas o CMDU ele precisa de quórum mínimo para deliberação, por isso que aguardou para ter



pelo menos 16 membros presentes. Inicia pelo CMDU, primeiro item da pauta é a aprovação da ata de reunião do dia 10 de novembro desse ano. Essa ata foi encaminhada aos conselheiros por e-mail. Pergunta se alguém tem algo a opor em relação a essa ata? Nenhuma manifestação, considerada aprovada a ata do dia dez de novembro de 2022. Informa que a secretária executiva Marisa, encaminhou a agenda de reuniões para o ano 2023. Pergunta se alguém tem algo contra ou quer se manifestar em relação a agenda de reuniões? Nenhuma manifestação, aprovada também a agenda de reuniões para o ano 2023. Segue com a pauta, com a apresentação do Douglas que é do geoprocessamento da Prefeitura, e vai falar sobre o do Geosanja. Douglas cumprimenta a todos, informa que foi encaminhado por e-mail a justificativa mais detalhada para os membros do Conselho Gestor. Que fará uma apresentação do andamento do contrato que já tem seis meses de serviço, com a Funcate fazendo essa melhoria no Geosanja e a justificativa da solicitação de aditivo do contrato. Inicia a apresentação, que nesses primeiros seis meses e as perspectivas para os próximos seis meses ainda de contrato. O objetivo previsto, era aprimorar o sistema do Geosanja, com mais ferramentas para tornar mais fácil o acesso para a população e também aos funcionários. Que para isso contratou a empresa Funcate, que já têm anos de experiência com esse tipo de tecnologia e estão aprimorando, além de capacitar a equipe técnica T.I da prefeitura a desenvolver novas ferramentas no futuro. O projeto se dividiu entre desenvolvimento, foi passado todo o nosso sistema para a Funcate, uma cópia e eles trabalharam esse sistema. Eles desenvolvem o sistema, analisam o banco de dados, transferem de volta com as melhorias. Que eles têm a parte do suporte técnico e passam o conhecimento também para os nossos técnicos de T.I. A consultoria técnica, eles avaliam o andamento e também ajuda a tomar decisões de qual requisito entregar em cada mês, com todo um suporte, praticamente, o ano inteiro. Douglas apresenta a lista de requisitos contidas no contrato, funções que eles têm que entregar ao longo desse ano. Apresenta um cronograma no primeiro mês, onde era só análise, não tinha nenhuma entrega, uma vez que tem que passar os dados para eles começar a implantar. Que foi feito e entregue, e já está no sexto mês. Que eles fizeram e após primeiro mês, eles passaram, essa metodologia e foi aprovada. Que a Funcate levantou todo o sistema, entenderam e agora, a partir disso, eles vêm desenvolvendo mês a mês e gerado uma nova versão de Geosanja. Provavelmente, quem está acessando ou acessou o Geosanja ao longo desses meses, de junho para cá, viu que teve essas mudanças. Que algumas ferramentas já foram entregues, ainda está em período de teste como o pessoal da informática. Provavelmente semana que vem, também, deve estar disponível para a população que é a ferramenta dois, que é a ferramenta de medição diária. A população consegue acessar essa



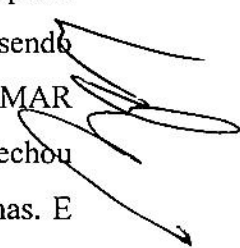
barra de transparência e controlar cada camada. Então, isso facilita para visualizar uma imagem satélite por baixo. Foi feita uma biblioteca de dados, que é a ferramenta de exportação dos mapas, a princípio, só liberou os mapas de legislação, que é tanto lei de zoneamento, quanto plano diretor. Mas, já é possível, só precisa se organizar, para qualquer mapa disponível no Geosanja, agora disponível para download para a população. Em formato, antes, formato dxf, kml ou Shape Five. Então, a população hoje pode baixar os mapas e ajudar em relatórios no trabalho e principalmente, universitários. E essa foi a do mês passado, que agora, além de ter só as imagens que eram do Google, foi colocado o acervo de imagens da prefeitura. Então, já estão disponíveis no Geosanja, no cantinho, as imagens de 2020, 15, 10 e sete. Que já temos um contrato está digitalizando parte das fotos de 85 e vai subir ao longo do ano que vem. A ideia é que as outras imagens de arquivos históricos também vão para o Geosanja. Douglas apresentou a prestação de contas do contrato de Junho até Dezembro. Ocorreu que ao longo desses seis meses, conforme estavam sendo colocadas mais ferramentas no sistema, percebemos que aumentou a lentidão. Provavelmente todos que acessaram devem ter passado por isso, em algum momento. O sistema foi ficando mais lento e mais carregado. A Funcate detectou algumas coisas, de programação no sistema. Como é uma tecnologia nova para os técnicos da prefeitura, havia essa dificuldade, e acabaram identificando e conseguiram resolver, outras mais complicadas não daria para Funcate fazer dentro desse escopo do contrato, até pelo tempo, e, também de mão de obra. Por isso, foi encaminhado ao conselho gestor, um pedido de aditivo de três meses. Douglas informa que foi enviado por e-mail o valor de R\$88.941,00 que dá em torno de 25% do contrato para não extrapolar também do valor, no prazo de três meses. Exatamente para que a Funcate possa se dedicar mais a essa análise do que está causando essa lentidão no sistema e aprimorar a parte do código fonte do sistema. Porque não vai adiantar ter inúmeras ferramentas e o sistema levar, às vezes, quatro a cinco minutos para carregar. Teles agradece Douglas, informa que o aditivo utiliza recursos do FMDU, que é o fundo ligado ao CMDU. O FMDU tem um conselho gestor, foi feita uma síntese aos conselhos gestores, e compreendeu-se que seria necessário apresentar a plenária antes da aprovação. Então, por isso que o Douglas fez essa apresentação. Abre a palavra para alguém se tiver alguma dúvida, algum esclarecimento. Com a palavra Claus, suplente pela Ordem dos Advogados, que pergunta se o conselho de gestor aprovou, recomendou a aprovação, ou não? Se houve essa análise? Com a palavra Oswaldo Vieira, diretor de planejamento Urbano da SEURBS. Responde que o conselho gestor da FMDU é composto por membros tanto da sociedade civil quanto da prefeitura. Os da Prefeitura, na verdade, é o Rodolfo Fernandes, diretor da aprovação de projetos, Rodrigo,

da construção e habite-se, Paulo Caón do parcelamento do solo e da sociedade civil, Walter Brant, presente aqui, Maria Rita que representa a ACONVAP e a Fabiana, representante da Associação Reserva da Figueira. Que quando encaminharam para os membros do Conselho Gestor do Fundo, todos concordaram com exceção da Fabiana, que se posicionou achando que ela precisaria de mais elementos, e acordou-se de que a aprovaria aqui nessa plenária do CMDU. Os demais já tinham dado ok ao aditivo recomendaram a aprovação. Que acha interessante ouvir a Fabiana, representante da Reserva da Figueira, para ver se está satisfeita em relação às informações. Que o Douglas pode complementar ou explicar alguma dúvida que tenha permanecido. E, uma vez que esteja satisfeita, entende que o conselho gestor homologou a proposta para plenária. Então, acha que é uma questão interessante ouvir a Fabiana. Com a palavra Fabiana que cumprimenta a todos e informa que fez um questionamento mais para saber como que estava andando essa parte tecnológica, antes da de opinar acha importante conhecer. Mas que, após esses esclarecimentos, acha que é viável. Apoiar só que antes da tomada de decisão é importante conhecer a demanda, conhecer o que está sendo feito, para uma decisão mais consciente. Então, acredita que com base nas explicações, que foi uma demanda que ocorreu em função do uso operacional do sistema, acha importante fazer essa correção porque realmente às vezes implementa um monte de ferramenta, mas na prática não consegue usar. Então, são questões que, às vezes, a gente não consegue prever, é, inicialmente, mas que acaba acontecendo. Que foi mais um intuito de compreender o que estava sendo feito. Teles agradece Fabiana e passa a palavra para Fábio representante da Associação de Engenheiros e Arquitetos, que diz fazer uso do Geosanja, embora seja uma ferramenta que auxilia muito, é muito boa e que sempre teve muita dificuldade de pesquisar os endereços pelos nomes das ruas, e que isso nunca funcionou. Pergunta se isso está contemplado, se vai ser feita uma correção com relação a essa funcionalidade na ferramenta? Douglas responde que na verdade não é um problema na ferramenta, é um problema do banco de dados. Que ele está passando por revisão, mas depende do setor de cada de patrimônio imobiliário revisar, praticamente, todas as ruas. É um sistema muito antigo, tem um plano de que no ano que vem atualizar esse tema para um novo, com desenvolvimento interno aqui da prefeitura, isso leva um tempo. Acha que tenha em torno de 6000 registros de nomes de rua e que isso vai levar um tempo para resolver. Teles pergunta se mais alguém quer se manifestar referente a apresentação do Douglas? Nenhuma manifestação, com 18 conselheiros presentes, coloca para deliberação. Pergunta se alguém é contra a aprovação, levantar a mão ou se manifestar. Nenhuma manifestação, aprovado o aditivo do contrato com recursos do FMDU. Teles agradece ao conselheiros do

CMDU e segue com a pauta do COMAM. Comunica que foi encaminhado o agendamento das reuniões o ano de 2023, se alguém gostaria se manifestar ou se opor, contra as datas encaminhadas? Nenhuma manifestação, aprovada o agendamento das reuniões no ano de 2023 no COMAM. Segue com um assunto pertinente, é o fundo ligado ao COMAM e ao FUNCAM. Numa reunião essa semana, o FUNCAM aprovou o projeto, mas que será apresentada a proposta para que haja deliberação por parte da plenária, se ratifica ou não a aprovação do Conselho Gestor. Com a palavra Gabriela que fará uma apresentação do programa monitores ambientais. Gabriela se apresenta como técnica em engenharia ambiental na SEURBS, que trabalha junto com a Paula na gestão do Ruschi e que vai apresentar o programa de monitores ambientais que foi construído e teve aprovação no Conselho Gestor do Fundo. Esclarece que essa construção do programa de monitores ambientais foi feito junto com o conselho. Que tem uma câmara técnica de uso público, onde foram meses discutindo a construção desse programa. E, agora que foi finalizado o projeto, vieram buscar o financiamento do fundo. Gabriela apresenta o plano de manejo do Ruschi, que é uma unidade de conservação, esse plano prevê em vários programas que estão descritos, a contratação de monitores ambientais que possam apoiar a condução de visitantes e, principalmente, as ações de educação ambiental dentro da unidade. Que a câmara técnica, de uso público no conselho, recomenda depois de discutir muito a retomada da visita no Ruschi, que fosse feito isso de forma bastante responsável, garantindo segurança, qualidade e permitindo esse uso público, oferecendo segurança dos visitantes, caso algum acidente aconteça, que é sempre possível, e, também, com o conteúdo, educativo para que seja bastante proveitosa a visita e que faz parte dos objetivos da unidade de conservação. Que a ideia de envolver os jovens da comunidade vizinha, além de ser uma opção de trabalho, de formação, ajudaria nas questões de mobilização da população do entorno. Que a partir do momento que esses jovens tenham maior conhecimento sobre a unidade poderia replicar esse conhecimento. Então, o programa consiste, basicamente, de um curso de formação e depois a contratação dos monitores formados. Os bairros no entorno são: Costinha, Chácara Boa Vista, Bengalar, Água Soca, Taquari, Turvo, Pau de Saia e Santo Ivo. Que a idade desse público seria jovens acima de 16 anos e com até 24 anos, para que fosse realmente envolver a juventude do entorno. Para destacar Gabriela acha comum que se confunda monitor ambiental e guias turísticos que fazem parte da nossa CT, de uso público. Então, como monitor ambiental não entra em conflito com a profissão de guia. Então, destaca a portaria da Fundação Florestal que diz que monitor ambiental conduz visitantes na unidade de conservação nos roteiros, trilhas ou atrativos. Que o guia turístico pode também passar por



essa formação e ser um monitor ambiental, mas nem todo monitor ambiental precisa ser um guia turístico, não é um requisito. Do ponto de vista da capacitação, seriam 200 horas e está previsto três meses e, dentro dessas 200 horas, seriam 96 de aulas práticas no próprio PNMAR, aos sábados, e mais 30 horas de prática de campo. Uma espécie de estágio para esses monitores para que eles possam ter o diploma de formação. A princípio, a ideia é usar a plataforma do CEPHAS para as aulas online. Gabriela apresenta alguns exemplos dos módulos que construiu: socorro básico de emergência, legislação ambiental, flora nativa, fauna silvestre, educação ambiental, trilhas interpretativas, recreação e lazer, técnicas de condução e empreendedorismo. E o programa espera a formação de 30 monitores, uma oportunidade de geração de renda para os jovens da comunidade, a consolidação de parcerias institucionais, porque o planejamento é que essas disciplinas sejam dadas também por meio de parcerias com outras instituições, e a sensibilização dos moradores do entorno a partir da formação desses jovens. Que os resultados após a capacitação, está sendo esperando, para continuar o programa, seria a elaboração e a publicação do edital para o cadastramento desses monitores. Eles serão cadastrados na unidade de conservação e em seguida, um edital de credenciamento, que seria para seleção e contratação. Que a previsão é de quatro monitores por dois anos dentro desse programa e a pretensão é que um dos objetivos, que se forme uma associação de monitores para que eles possam atuar, dentro da unidade, independente de contratação. Também está prevendo a formação básica com alguns cursos complementares mais específicos para os monitores poderem se especializar em observação de ave, guia com monitoria com públicos específicos, tipo PCD, e de encorajá-los que busquem uma formação técnica para ser guia de turismo. Os custos do projeto incluiria alimentação e transporte até a unidade de conservação, as vestimentas e equipamentos necessários imprescindíveis para atividade de monitoria, os custos envolvidos no próprio curso e a contratação de quatro monitores por dois anos. O valor estimado é de 290 mil reais. Teles agradece Gabriela e passa a palavra para Juarez que faz uma observação em relação à apresentação para o Conselho Gestor do FUNCAM. Que houve dúvidas, e foi feita uma reunião para esclarecer essas dúvidas e essa proposta foi aprovada pelo FUNCAM e trazida para a plenária para eventual ratificação. E aproveita para agradecer Paula Cabral e a Gabriela pelo excelente trabalho que elas vêm fazendo no PNMAR. Que ficou excelente a reforma que foi feita, demorou quase um ano para sair. Agradece ao COMAM, pelo recurso que foi aprovado, que está sendo aplicado nas trilhas. Espera que em breve termine o trabalho que está sendo feito no PNMAR e seja devolvido para a comunidade. Que a unidade de conservação não fechou completamente, mas não estava aberto por conta da necessidade de todas essas reformas. E



curso de monitores, visa com que a população do entorno conheça bem o parque, ajude a conservar e preservar. Agradece ao Cephas e o Luciano que ajudou a montar a grade curricular muito importante e que a plenária do COMAM aprove esse recurso que está sendo muito bem utilizado no PNMAR. Teles agradece Juarez e passa a palavra para Jefferson Rocha e depois com a Fernanda Froes. Com a palavra doutora Fernanda Frois representante da OAB, lembra que foi colocado o critério dos jovens, que sejam estudantes, obrigatoriamente, de escolas públicas. Sugere a possibilidade de permitir, também, alunos que estudem em escolas particulares, mas com bolsas de estudos, existem vários critérios de bolsa. Gabriela agradece a sugestão e se prontifica a incorporar. Com a palavra Jefferson que parabeniza Paula e toda a equipe da SEURBS, que esse ano de trabalho o fez retomar o tempo no século passado. Que em meados de 78, frequentava o parque ainda não Augusto Ruschi, estudando na escola Waldemar Ramos, na Vista Verde, uma vez por mês, visitavam o parque. Acredita que, parte dessa motivação, da militância ambientalista, parte da sua origem no Vista Verde e dessa frequência mensal. Que essa verba dessa conquista, é resultado, também, da verba de compensação da REVAP. Então, são vários, momentos da história e gratificante. Particularmente, ter passado, praticamente, toda essa trajetória, e verificar o quão belo está ficando. Na questão das escolas, não faz distinção entre pública e privada, sabe da grande responsabilidade que temos pelas futuras gerações e, nesse caso, manifesta a possibilidade de vivenciar. Que esse experimento da unidade de conservação de uso integral, acha bem interessante a mobilização da juventude do entorno. Por se tratar de uma unidade de conservação de uso integral, ela é mais restritiva e geralmente, diferente de São José dos Campos, da criação do nosso parque, em outras unidades de conservação no Estado de São Paulo, no Brasil, possui um conflito muito grande diante da forma que foi conduzida a criação da unidade. Então, a oportunidade de ter a vizinhança, o entorno, participando são os melhores fiscais. Parabeniza toda a SEURBS e a equipe que conduz com a Paula o PNMAR. Teles continua informando que é o antigo Horto Municipal, tem toda uma história e a Paula está lembrando que a verba da REVAP foi destravada ano passado e essa importância está reservada. Que nessa primeira etapa feita, foi com recursos da Via Cambuí e da Urbam. Com a palavra Cristina conselheira da unidade de conservação, que agradece essa prioridade aos jovens e a importância desse parque. Que acha essencial a comunidade saber valorizar, agradece a doutora Fernanda que todo apoio para os alunos, não só da rede pública, também, da particular e está disponível para ajudar. Gabriela agradece Cristina e para não ficar confuso, para tirar dúvidas, que quando citou sobre estudantes de escola pública não era para a visitação era o foco na formação como monitor. E, para a formação, vai incluir escola

particular também, que tenha bolsa, já que o foco são as comunidades e o projeto também é um pouco social e atingirá a comunidade mais vulnerável. Com a palavra Teles que coloca para deliberação sobre a ratificação dos recursos ou se alguém se opõe, pode se manifestar agora. Nenhuma manifestação considera-se aprovado o recurso para utilização no projeto. Teles continua com a plenária colocando último tema que trata da fusão dos conselhos. Que fará uma apresentação rápida, somente para atualizar as informações. Que a secretária executiva Marisa, há um tempo, encaminhou e-mail após a reunião realizada no COMAM para que os conselheiros se manifestassem em integrar uma câmara técnica, onde seria discutida a fusão dos conselhos, COMAM e COMSAB, que é o Conselho Municipal de Saneamento Básico. Que os únicos que se interessaram em participar foi ele próprio e o conselheiro André Luiz, da secretaria de manutenção da cidade. Até por uma requisição do Manara, fizemos a reunião da câmara técnica somente os dois. Essa discussão já havia sido realizado entre os conselhos, tanto o COMAM, quanto o COMSAB. Ambos os conselhos aprovaram a fusão. Foi criada uma câmara técnica conjunta a época, entre COMAM e COMSAB. É após as discussões foram encaminhadas para as plenárias dos conselhos, ambos aprovaram. Porém, compreendeu-se pela necessidade de alteração da legislação, uma adaptação da legislação municipal, para que fosse possível a fusão dos conselhos. Recentemente, foi criada essa Câmara técnica, foi trabalhada na proposta de duas minutas de lei. Uma alterando o plano Municipal de Saneamento Básico e a outra a lei do COMAM. Essas são as leis em especial ao COMSAB. É a lei federal 11.445/2007, que estabelece essas diretrizes nacionais para o saneamento básico. Lá consta a criação do consensioamento por parte dos municípios e, posteriormente, o município, após essa lei, editou uma lei municipal onde realmente criou o conselho no município e o Artigo 35 da lei complementar 357 de 2008. Que esse material será disponibilizado onde tem um resumo de tudo que foi trabalhado na câmara técnica. Após 2008, foi editado um decreto com a criação por decreto do Conselho, a regulamentação do Conselho, e a primeira composição do COMSAB. Em 2011 foi criado um Regimento Interno por decreto, também, e, atualmente, em 2022, consta a última composição do COMSAB. Apresenta a imagem do que consta o Artigo 35, da lei complementar 357/2008, que trata do plano Municipal de saneamento básico. Que houve a criação do Conselho, basicamente, repetindo o que consta na lei federal. E um trabalho da atual composição do Conselho comparado ao que consta a lei, é possível verificar que basicamente todos os segmentos poderiam fazer parte do COMAM, em alguma entidade. Como órgão governamental, hoje, constante do COMSAB tem SMC, SEURBS e a SGHO. Como prestadores de serviços públicos, tem Sabesp e Urbam. Tem quatro SABs como

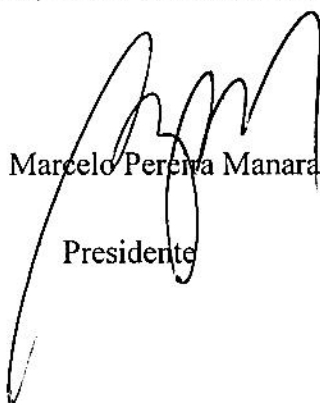


conselheiras no COMSAB, o PROCON como a entidade de defesa do consumidor. Pelo sindicato dos trabalhadores temos o SINTAEMA, organizações técnicas, o ITA e a AEA. Que um detalhe, que no COMSAB é diferente do COMAM, as nomeações, a composição do Conselho são feitos por indicação. Então, a prefeitura encaminha ofício às entidades e elas passam a participar do COMSAB, diferentemente do COMAM, que é feito um chamamento público onde diversas entidades podem participar do Conselho. Demonstra através de outro quadro, onde consta, em cada artigo da lei do COMAM, a possibilidade das entidades que fazem parte hoje do COMSAB, participarem do COMAM. As propostas seriam: alteração da composição e da lei do COMAM. Hoje são duas vagas destinadas a câmara municipal, porém, ela já se manifestou de que não participará mais dos conselhos municipais e o jurídico da câmara compreendeu-se que seria ilegal a participação dela em conselhos. A ideia seria repassar essas vagas da Câmara Municipal para incluir uma representação de identidade e órgão de defesa do Consumidor relacionado ao saneamento básico, no caso seria o PROCON e incluir uma representação a mais nas entidades do SISNAMA, porque, com a criação da agência Ambiental do Vale do Paraíba, que onde parte das competências CETESB seriam atribuídas a ela, já, inclusive, em funcionamento. Ela poderia participar também do COMAM. São duas vagas que eram destinadas ao poder público e a ideia é transferir essas vagas ao PROCON e a agência ambiental. Existem outras alterações propostas que são: a inclusão das competências relacionadas ao controle social do serviço público de saneamento e assegurar a participação dos representantes constantes no Conselho Municipal de Saneamento Básico no plano municipal. Outra alteração seria instituir uma câmara técnica, permanente, de saneamento básico, por meio de lei. E, uma última alteração, seria ajuste nas competências do COMAM, onde trata apenas da gerência dos recursos do FUNCAM. A ideia seria incluir, a gerência e deliberação dos recursos do FMSE. A época que foi criado o COMAM, não existia esse último fundo, então, a ideia seria ajustar a lei do COMAM para que possa deliberar e já existe uma lei própria. Faltou o slide do Artigo 35 da lei do plano de saneamento básico, onde consta a exigência da lei federal para possibilitar a participação de usuários e titulares de serviço públicos, que tinha apresentado um pouquinho antes, na lei do COMAM. Então, seria transferir as competências do que está previsto na lei do plano Municipal de Saneamento para o COMAM. E, no plano Municipal de saneamento, introduzir as competências do COMAM para tratar dos assuntos de saneamento básico. Que as alterações legislativas propostas são essas. Será encaminhado o material, também, por e-mail, para que todos tenham conhecimento. Teles se coloca a disposição para esclarecer melhor a apresentação. Com a palavra Jefferson Rocha, que está contente com a apresentação, que

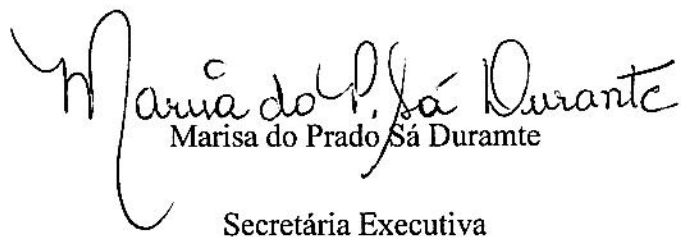
diante da última plenária do COMAM é uma questão de avaliar a necessidade, mas julga pertinente essa análise, de uma câmara da comissão temática, a comissão técnica, focada no contrato da Sabesp. Porque tem 30 anos e estamos na metade do contrato de 15 anos e vivenciando toda essa crise. Sugere que caberia o investimento do grupo focado para esse contrato, pelo menos por um período de um ou dois anos, uma sugestão de encaminhamento. Teles acha pertinente a sugestão do vice-presidente Jefferson e que inclusive, seria até um papel que a câmara permanente de saneamento básico, mais tarde poderia assumir esse posicionamento. A secretária executiva encaminhará um e-mail, para verificar quem gostaria de participar dessa câmara e, de toda forma, o COMAM já vem tratando de saneamento básico há um bom tempo. Acredita que vai ser interessante, porque vários membros do COMSAB já fazem parte do COMAM. E, muitas vezes, as pautas do COMSAB acabam ficando esvaziados pelos assuntos já serem tratados dentro do COMAM. Com a palavra André que é membro do COMSAB, que as reuniões estão esvaziadas, acha oportuno colocar em prática, que vai agendar uma reunião do COMSAB, levar essa proposta para finalizar a aceitação dessa fusão. Teles conclui que essa é a proposta da câmara técnica para encaminhar, inclusive ao jurídico da prefeitura. Coloca para deliberação, se o conselho aprova o que foi feito na Câmara técnica, ou não, para dar segmento junto à prefeitura. Pergunta se alguém tem algo contra ou se opõem ao que foi trabalhado e gostaria de se manifestar? Nenhuma manifestação contrária, fica aprovada, então, o trabalho na câmara técnica. Que esse trabalho é importante para o edital de chamamento do COMAM, para nova composição. Uma vez que o mandato já se encontra esgotado, tem uma prorrogação de mandato. Porém, seria interessante que essa lei fosse enviada para a câmara antes do edital de chamamento, porque o COMAM já está composto por integrantes do Conselho de Saneamento Básico. Então, será passado ao Presidente Manara, para internamente conversar com o jurídico, e pode seguir adiante com essas propostas legislativas. Pergunta se alguém mais quer se manifestar? Com a palavra o conselheiro Gustavo Bahia, que para complementar o assunto da análise do contrato da Sabesp, que ela, rotineiramente encaminha tanto para a prefeitura, quanto para câmara municipal as informações decorrentes do contrato que ela presta no município. Que existem informações que não pode ser a Sabesp a fornecer para o conselho, mas com autorização por parte da prefeitura. Existem cláusulas que a Sabesp não pode estar divulgar, a não ser para as partes do contrato. Jefferson sugere que seja encaminhado e oficializado, tanto a prefeitura, quanto à Câmara Municipal, verificando a possibilidade de acesso a essas análises, para evitarmos o que vivenciamos na última plenária. Teles responde que o conselho entendeu que as respostas que não foram objetivas



na reunião, o secretário adjunto transformou isso num ofício, que foi entregue à Sabesp no final daquela reunião. Que foi sugerido um prazo para que a Sabesp, de posse desse ofício onde estão sendo feitas as perguntas importantes traga para a plenária. Que é para justamente elucidar o que transformou isso em ofício. Jefferson sugere a criação de uma câmara de saneamento básico e dentro dessa câmara, trabalhar esses assuntos, como o próprio contrato da Sabesp. Que dentro da câmara técnica, poder verificar quais assuntos são pertinentes, mais preocupantes e urgentes no momento. Teles se prontifica a passar para o Presidente Manara, e também para a secretária executiva Marisa, fazer esse encaminhamento e verificar quem quer participar dessa câmara de saneamento básico. Gustavo Bahia pergunta se havendo nova composição do COMAM, para tratar de trocas de integrantes e representantes, no caso da Sabesp, se existe um prazo para estar solicitando? Ou somente na próxima composição do COMAM? Teles responde que na verdade, o mandato, é da pessoa jurídica. No caso a Sabesp pode trocar a qualquer momento a sua representação, mas o que vai ocorrer, nesse momento, é um novo edital de chamamento. E, nesse novo edital de chamamento a Sabesp ela não participa, porque ela faz parte do poder público. Então, o poder público vai encaminhar ofício à Sabesp e verificar se ela tem a intenção em continuar participando, ou não. Os demais membros da sociedade civil vão participar desse edital de chamamento. Teles agradece a presença de todos, deseja boas festas, um ótimo Ano Novo de muita saúde e sucesso. Um ano novo cheio de vitórias a todos. Parabéns a todos que sobreviveram a mais esse ano pós COVID, um ano difícil. Que participem nos próximos encontros, contem com a nossa ajuda e do pessoal das secretarias envolvidas. Nada mais a tratar, Teles encerra a presente reunião e eu Marisa do Prado Sá Durante lavrei a presente ata.



Marcelo Pereira Manara  
Presidente



Marisa do Prado Sá Durante  
Secretária Executiva

